



ATA N.º 04/2026

Data da reunião ordinária 19/02/2026

Início da reunião: 14:13 horas

Fim da reunião: 16:16 horas

A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.

Membros que comparecem à reunião:

Presidente:

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

Vereadores

Ana Isabel Alves Dias

José João Afonso Carvalho de Moura

Sandra Manuela Justo Alves de Sousa

Jorge Carneiro Morais Fidalgo

Nuno Miguel Mota Barroso

José Manuel Pereira de Carvalho

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Maria Fernanda Dinis Moreira

Cargo: Chefe da Divisão Administrativa



ATA N.º 4
Reunião ordinária da Câmara
Municipal de Montalegre, realizada
no dia 19 de fevereiro de 2026.

No dia dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e seis, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, sob a presidência da Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, e com a participação dos Senhores Vereadores Dra. Ana Isabel Alves Dias, Dr. José João Afonso Carvalho de Moura, Dra. Sandra Manuela Justo Alves de Sousa, Dr. Jorge Carneiro Morais Fidalgo, Nuno Miguel Mota Barroso, José Manuel Pereira de Carvalho e comigo, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária. _____
Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, quando eram catorze horas e treze minutos, foi declarada aberta a reunião, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia, disponibilizada aos membros do executivo, no dia dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, na plataforma de gestão documental *sharepoint*, documento que vai ficar arquivado no maço de documentos relativos a esta reunião, sob a forma de *doc. n.º 1*. _____

- 1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 3/2026, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05 DE FEVEREIRO.
- 2- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.
- 3- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
 - 3.1. PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO – PROPOSTA;
 - 3.2. PROGRAMA “OLHARES PELA MATERNIDADE” – PROPOSTA;
 - 3.3. TARIFÁRIOS ESPECIAIS – TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA – PROPOSTA;
 - 3.4. CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA – COMPONENTE SOLIDÁRIA – 2º FILHO E SEQUINTEES - PROPOSTA;
 - 3.5. ALTERAÇÃO, RENOVAÇÃO E INDEFERIMENTO DOS PROCESSOS REFERENTES À CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA – COMPONENTE SOLIDÁRIA - 2º FILHO E SEQUINTEES – PROPOSTA;
 - 3.6. LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS(AS) ADMITIDOS(AS) E NÃO ADMITIDO(AS) À CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDO – ANO LETIVO DE 2025/2026 – PROPOSTA;
 - 3.7. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 2025/2026 – ISENÇÃO DE 100% DO PAGAMENTO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES – PROPOSTA;



3.8. SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL – APOIO ECONÓMICO (PF 200828665) – PROPOSTA;

3.9. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 03/02/2026 A 13/02/2026 – CONHECIMENTO;

3.10. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 31/2026 – CONHECIMENTO;

3.11. MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – MAPA DE FLUXO DE CAIXA – ANO 2025 - PROPOSTA;

3.12. ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO 2026, 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA – ANO 2026, 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA – ANO 2026, 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL ATIVIDADES MUNICIPAIS – ANO 2026, 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS – ANO 2026 - PROPOSTA;

3.13. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO 2026, 2ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA – ANO 2026, 2ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL ATIVIDADES MUNICIPAIS – ANO 2026, 2ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS – ANO 2026 - CONHECIMENTO;

3.14. CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO – FEIRA DE NANTERRE/2026 – PROPOSTA;

3.15. FORMALIZAÇÃO DA ESCRITURA PÚBLICA DA CASA N.º 157, FRAÇÃO “C”, DO PRÉDIO SITUADO NA BORRALHA, A FAVOR DOS HERDEIROS DE ALBINO MANUEL GONÇALVES – PROPOSTA.

4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO.

I

ATAS

1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 3/2026, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DE 5 DE FEVEREIRO. _____
DELIBERAÇÃO: A câmara municipal, depois de ter dispensado a sua leitura com fundamento em ter sido distribuída conjuntamente com a ordem do dia da presente reunião, passou à discussão e votação da aludida ata e deliberou, por unanimidade, a sua aprovação. _____

II

– ANTES DA ORDEM DO DIA –

2 - Intervenções: _____

Usou da palavra neste período o senhor vereador eleito pelo Partido Social Democrata José Manuel Pereira de Carvalho que afirmou que na câmara todos têm de defender a nossa terra, por isso é que são eleitos, neste caso, a Presidente a Câmara e todos os vereadores presentes. Afirmou que na aldeia de Beçós, desde a entrada da aldeia até ao meio, há uma zona em que não foram colocados cabos na rede pública de iluminação. O que tem vindo a acontecer é que



os fios, com o temporal, batem uns nos outros e provocam descargas, o que já prejudicou várias pessoas daquela aldeia. Segundo lhe disseram, a resolução deste assunto tinha sido uma promessa desta câmara, tal como do Partido Social Democrata, mas, no entanto, quem ganhou as eleições foi o Partido Socialista. Por isso, na sua opinião, deve fazer-se tudo aquilo que se pode fazer para resolver a situação em causa porque é algo essencial para não causar prejuízos a ninguém. Disse que havia uma outra questão que quer expor, que aconteceu noutra dia, presenciada por si que tem a ver com uns senhores que não eram de cá. Estes vieram comer um cozido à Borda d'Água e lembraram-se de ir embora pela Aldeia de Paredes, sendo que ele seguia imediatamente atrás. Ao descerem da aldeia de Paredes e ao entrar na estrada da Borralha, derraparam com o carro por causa da chuva que era intensa naquele momento, e se não fosse alguma habilidade do condutor, tinham caído ao rio. Ora, esta situação não é a primeira vez que acontece, pois já lá morreram duas pessoas nesse local, tendo sido até lá colocado um passeio. No entanto, daquele local até ao café da Borralha merecia que se colocassem rails. Referiu que não sabe se isso está contemplado naquela proposta que a Senhora Presidente já aqui falou, no entanto, acha que fazem falta, pois, como já disse, morreram já lá pessoas.

A Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Fernandes Alves respondeu ao senhor vereador da oposição referindo que a câmara está a par da situação de Beçós. Aliás, tem sido feita uma grande pressão junto da E-Redes para que esta corrija a situação. Aquilo que sabe é que já lá foram várias vezes técnicos da empresa, mas o que é certo é que não conseguiram ainda resolver a questão definitivamente. No local, estão colocados os postes e os cabos não ficam bem esticados pelos técnicos da E-Redes, depois aquilo que acontece é que, com a força do vento, os cabos batem uns nos outros, provocam faíscas e assustam as pessoas. Estamos a par desta situação, como já tinha referido chamou-se a E-Redes inúmeras vezes. Sabe que estes já lá foram, pelo menos três ou quatro vezes para arranjar, mas o problema é recorrente. Por isso, ter-se-á de ter ali uma intervenção mais musculada por parte da E-Redes, no sentido de poderem resolver a questão definitivamente. Não faz ideia daquilo que os técnicos deveriam fazer, o que é facto é que não têm feito o necessário porque, no momento em que intervêm, resolvem, mas passado algum tempo, basta que haja uma intempérie mais forte para ficar tudo igual. Relativamente à colocação de rails de que o senhor vereador falou, informou que está prevista a sua colocação em vários sítios, incluindo também no local aqui assinalado. Está a tentar-se arranjar uma solução com a assessoria jurídica par ver se é possível fazer um concurso para fornecimento contínuo. Aquilo que acontece é que as colocações dos rails são empreitadas, o que implica que são feitas identificando um determinado local. Simplificava muito mais se



pudesse ser um procedimento de fornecimento contínuo para colocação e manutenção de rails, pois onde acontecesse a necessidade nós iríamos resolver a questão de imediato. Acontece que, além dos sítios que estão identificados, dos quais já há uma listagem, existem outras situações que são imprevistas, como é o caso com alguns acidentes, ainda um dia destes houve um acidente à ida para São Vicente, tendo o rail ficado completamente destruído e tem de se arranjar, tal como acontece noutros sítios. Seguidamente, a Senhora Presidente da Câmara afirmou que, em primeiro lugar, quer dar os parabéns a todas as juntas e a todas as associações que mais uma vez cumpriram a tradição, protagonizando e promovendo os entrudos. No concelho, aquilo que é tradição e moda, são os entrudos, por isso, em vários sítios este, foram celebrados como manda a tradição, com os farrapões, os flipeiros e outras figuras que são da nossa cultura. Salientou que tem aderido a esta tradição, as crianças e os jovens. Muitos deles já aderiram à tradição dos flipeiros, pois apresentam-se como devido, napperon a tapar-lhes a cara e cumprem a norma de não falarem para ninguém para não serem identificados. Mas, a eles também se associam outros, com trajas diversos e outros identificados mais com o Carnaval. Aquilo que se pretende enaltecer é o facto destas associações e juntas de freguesia terem um plano de atividades muito vasto e dinâmico, que engloba não só as datas festivas, mas, sobretudo, a comemoração atendendo sempre àquilo que é a nossa identidade e a nossa tradição. Por isso, fica um agradecimento a todos quanto contribuem, por este modo, para combater o isolamento e para a promoção da terra porque se vê cada vez mais gente de fora a aderir e a viver o entrudo. O que se nota é que cada vez mais, em algumas destas comunidades há um empenho maior, percebendo-se que estas iniciativas podem ter muito interesse do ponto de vista económico, social e turístico no futuro. Explicou ainda que como foi do conhecimento de todos, a câmara cancelou a última Sexta 13, não porque no próprio dia estivesse uma intempérie muito grande, pois registou-se um ligeiro período em que o sol até brilhou, mas o que é facto é que nos dias anteriores, fomos fustigados por uma tempestade. Por isso, antes de tudo, é preciso que se preserve a segurança das pessoas. Não havia condições para que uma grande equipa preparasse as celebrações da Sexta 13. Há outra circunstância para que contou na ponderação deste cancelamento. Este não é um evento pequeno, é um evento de massas, por isso mesmo é que antes deste acontecer a câmara reúne a Comissão da Proteção Civil para aprovar o plano de segurança. Os parceiros da Proteção Civil, indicaram que, efetivamente, seria melhor cancelar o evento. É evidente que não foi uma decisão fácil, mas quer expressar aqui a sua gratidão, a todos aqueles que já tinham preparado a Sexta 13, sabendo que esta não se prepara numa semana, nem em 15 dias, especialmente lembrando os comerciantes, a restauração e o alojamento local que se prepararam para receber milhares de pessoas e que, por força deste



cancelamento, não o fizeram. Referiu que, no entanto, que sabe que o alojamento local praticamente foi todo utilizado, pois mesmo com o mau tempo, as pessoas que tinham marcado vieram e celebraram “entre portas” a Sexta 13, não com o espetáculo de rua, como é costume, porque foi impossível preparar esse espetáculo, tendo em conta as razões de segurança já referidas. Ainda no uso da palavra, a Senhora Presidente referiu que, a propósito de intempéries e da segurança, quer que fique registado em ata, uma nota sobre as declarações acusatórias que o Partido Social Democrata fez e publicou nas redes sociais sobre alegadas obras prioritárias usadas como “engodo eleitoral.” Por isso, para além de já ter explicado em anteriores reuniões o calendário e a urgência na preparação e execução do quadro comunitário no que respeita às obras que nele estão contempladas, afirmou o seguinte: _____

“Os senhores vereadores da oposição, se tivessem algum interesse e orgulho no vosso concelho, não é sequer no vosso executivo, pois também o podiam ter, ainda que não seja do vosso partido porque fazem parte deste órgão, porém vocês sistematicamente não se querem associar ao êxito que a nossa terra tem, mas isso, é uma questão que só a vocês diz respeito. Se quisessem, poderiam facilmente verificar nos municípios vizinhos, alguns de maior dimensão do que o nosso, os problemas que têm enfrentado ao longo dos tempos e naquilo que diz respeito à execução deste tipo de obras, mas insistem, porém, em fazer um comunicado, o qual não deixa de ter uma “certa graça.” Aliás, esse documento tem umas imagens interessantes, pois são referidas as obras prioritárias como as das escolas, como tendo sido usadas como “engodo eleitoral” em Montalegre. Quero dizer-vos que essa acusação, não passa de mais um exercício de demagogia política, como aliás esta oposição já nos tem habituado, desprovido de bom senso e assente numa evidente má-fé. Isto, senhores vereadores é grave. Todos sabem, basta olhar para a realidade no terreno, ainda que haja alguns, que além da cegueira ideológica parecem ter cegueira física ou nem têm sensibilidade. O exercício é simples, vai-se para a rua, leva-se com o vento forte, com a chuva na cara e no corpo, só quem não o sentir é porque está desprovido de qualquer sensibilidade física e isso é triste, grave e carece de ajuda médica. As condições meteorológicas que se fazem sentir desde o final do mês de outubro, têm sido como todos verificaram particularmente adversas. Aconselho-os, se quiserem a consultarem as informações e os mapas que vêm do IPMA, que é uma entidade que tem a obrigação de olhar para estas questões, para perceberem quantos dias é que houve de chuva intensa, em que choveu a mais, do que aquilo que é normal. Há estatísticas da quantidade de pluviosidade em todo o país e também aqui em Montalegre, pois faz parte do país e também há estatísticas para perceberem aquilo que aconteceu em todo o país, não só na região centro houve muitos avisos meteorológicos amarelos e laranja. Portanto, tivemos chuva intensa, vento forte, neve e muita



instabilidade atmosférica. Tivemos situações, só se vocês andaram distraídos, em que num dia acontecia uma tempestade imensa, no dia a seguir verificava-se uma subida de temperatura de 6, 7 e 8 graus, um sol radiante e no dia a seguir voltávamos ao mesmo. E é a isso que nos estamos a começar a habituar. Estas condições tornam impossível executar com segurança muitas das intervenções, quer no interior, quer no exterior, mas especialmente no exterior e são dessas obras de que estamos a falar. Qualquer técnico responsável confirmará que há trabalhos que simplesmente não podem avançar nestas circunstâncias, sob pena de comprometer a qualidade da obra e, mais grave ainda, a segurança dos trabalhadores. Quanto às intervenções em estabelecimentos de ensino, é igualmente evidente que estas apenas podem ou devem decorrer no interior quando não há aulas, precisamente para garantir a segurança dos alunos, dos professores, dos funcionários e para não perturbar o normal funcionamento escolar. Isto não é política, é responsabilidade. Transformar condicionantes técnicas e meteorológicas, que são do conhecimento público, numa narrativa de suspensão estratégica, ainda por cima completamente distante da realidade porque são obras dos fundos comunitários, as quais foram aqui aprovadas em plano, cujos concursos foram aprovados, cuja adjudicação, planeamento, projeto e início de operação, também foram aprovados em reunião da câmara, é acusação grave. Acusar-nos de tornar este assunto numa suspensão estratégica, perdoem-me, mas eu não sei, onde é que está a estratégia do Partido Socialista para não fazer obras, quando a estratégia é exatamente o contrário, é fazê-las, fazê-las bem e rápido. O vosso comunicado é um ato de pura instrumentalização política, de quem insiste nessa tese, revelando falta de sentido institucional e tentando criar ruído onde não existe. A verdade é muito simples, as obras seguem o seu planeamento, digam lá vocês o que quiserem, façam lá vocês os comunicados que fizerem, ajustado às condições reais e às normas de segurança. Tudo o resto é ruído político, que em nada serve os interesses de Montalegre nem da sua população. E, para concluir, diria que atualmente tem muito interesse o uso da inteligência artificial, é giro, até as caricaturas que agora se vão criando, são engraçadas, mas continua a ser muito mais interessante ver-se a inteligência humana que é o que falta e não se vê."

O senhor vereador da oposição José Manuel Pereira Carvalho interveio solicitando para que lhe perdoem a ignorância, até porque não fazia parte do executivo anterior, apesar de estar na Assembleia Municipal, mas no seu entender, enquanto particular ou gerindo uma obra pública, se lá tivesse estado, as obras devem ser todas planeadas no final do ano, para que pudessem começar numa altura com bom tempo. Ora, teve-se praticamente verão até ao final de outubro. Não trabalha com a inteligência artificial, é só o "Zé Manel," não tem outra forma de ser, é apenas esta, vão contar sempre com ela, é a sua forma de ser, dizer sempre a verdade, que é assim que



se sente bem. Daí a sua ideia de que, se calhar, a câmara geriu de forma a ser politicamente correta estas obras. No entanto, acha que as obras devem ser feitas em bom tempo, não quando está a chover. Outra questão, que quer aqui abordar prende-se com o orgulho da terra. Senhora Presidente da Câmara, senhores vereadores, o Dr. José João trabalha fora, os senhores trabalham e habitam cá, tal como ele. Está cá por amor à terra e a Senhora Presidente sabe disso, porque gosta e ama a sua terra. Ninguém ofende o seu orgulho em relação à sua terra, portanto, espera que não se invoque isso, nomeadamente em relação à sua pessoa. _____

O senhor vereador da oposição Dr. José João Carvalho de Moura interveio para dizer que a Senhora Presidente, para justificar a falta de execução em pleno ano eleitoral, apresenta agora estas alterações modificativas com saldo de gerência na ordem dos sete milhões de euros, mas isto é incapacidade de execução. Há obras que seguiram um calendário, mas não foi um calendário climático, foi um calendário eleitoral. Começa-se a fazer obras, depois vem o inverno, a culpa é do São Pedro, quando se chegar ao verão, a culpa será do calor ou do risco de incêndio. Existe um plano plurianual que a Senhora Presidente, se comprometeu a executar até o final do ano. Será que no final do ano iremos ter a mesma desculpa, vai andar-se nisto até às próximas eleições, perguntou. É isto que está em causa aqui, Senhora Presidente, concluiu. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao senhor vereador José Manuel, dizendo que é normal que não perceba muito dos antecedentes destas obras, mas daqui a um mês ou dois já vai entender um pouco mais. Também ela quando entrou para a câmara, pouco sabia e muito menos de fundos comunitários, que é uma matéria muito complexa. Aquilo que tinha dito aqui, e explicado até à exaustão, é que a grande parte deste ano e do ano de 2025, relativa ao orçamento, teve a ver com os projetos que estão identificados no Portugal 2030, ou seja, dos fundos comunitários. Inclusivamente, a oposição que acusou até as obras andavam há demasiado tempo no plano sem execução. Porém, isto tem a ver com uma razão muito simples: primeiro é negociado pelo Estado Português com a União Europeia, que define quanto vai para cada país, depois Portugal também faz a sua planificação e decide por sua vez, para onde é que vai o dinheiro e para que áreas prioritárias. Depois esse valor é dividido pelas CIM's de todo o país, bem como pelas áreas metropolitanas de acordo com requisitos de cada território. Após estar negociado tudo isso, em termos das CIM's e das áreas metropolitanas, cada uma destas entidades vai negociar entre si e de acordo com o número de municípios que tem. Feita essa negociação, cada município apresenta os seus planos até ao montante pré-definido. Para Montalegre, por exemplo, foram cerca de catorze milhões de fundos comunitários que foram atribuídos. Há outros municípios que tiveram mais, como é o caso de Chaves que, por ser uma zona urbana, ainda beneficiou de mais dois ou três milhões de um fundo especial, que é só para

as sedes urbanas e com Vila Real aconteceu o mesmo. Ora, após nos serem atribuídos os catorze milhões de euros, definidas as áreas de intervenção onde pode ser feito o investimento, a câmara apresenta os seus projetos que são aprovados na CIM. Depois, estes projetos voltam para a autoridade de gestão, que é a CCDR, que os analisa e os aprova. Assim, começou, quase no início do exercício das suas funções como Presidente, há 3 anos, a negociar tudo isto, ou seja, a fechar o quadro comunitário anterior, o Portugal 2020, e a negociar o de Portugal 2030. Os regulamentos e os avisos de abertura para todo o país só saíram em finais de 2024, mas apenas para candidaturas a ações imateriais, como é o caso dos ativos na inclusão e o programa de promoção do sucesso escolar. Só verdadeiramente a partir de 2025 é que começaram a sair os avisos para candidaturas para obras. Assim, entre saírem os avisos e fazerem-se as candidaturas, estas irem para a autoridade de gestão, terem o termo de aprovação, demoram uns meses. Há um mapa que já trouxe aqui onde podem ver todo este procedimento e datas. Por outro lado, tem que se lançar o concurso público, que a câmara promove, e que demora o tempo que demora, mesmo com muita urgência não é um procedimento célere. O que é facto, é que nós tivemos as obras adjudicadas, em setembro, embora houvesse algumas que só foram adjudicadas depois. Com a adjudicação, como toda a gente sabe, vêm as empresas e têm de fazer o procedimento para montar os seus estaleiros, prepararem tudo para entrar em obra, o que demora. Deste modo, o que aconteceu foi termos outubro quase sempre com bom tempo para fazer-se algumas coisas e fizeram-se, como desmantelar edifícios para iniciar a obra, como é o caso aqui na vila, do Centro de Recursos, do campo de Salto, do campo do Montalegre e do Multifunções. Não se esperava é que viesse depois o tempo que veio, pois, a partir do final de outubro, como todos verificaram, choveu torrencialmente e praticamente todos os dias. As intervenções que se vão fazer incidem, na grande maioria, na beneficiação da eficiência energética, ou seja, telhados e capoto, só depois é que se vai para os interiores e o resultado está à vista com o tempo que se verificou. Por exemplo, temos um atraso com o multifunções de Salto porque esta obra já era para ter começado há mais tempo, mas tivemos as delongas provocadas por algumas entidades que trabalham connosco e depois em vez de fazerem parte da solução só criam problemas, como se verificou com a mudança do PT pela E-Redes. Este equipamento demorou meses a ser tirado, temos documentos de quando foi efetuado o pedido e dos inúmeros ofícios que foram enviados para que o retirassem. Sabemos bem que temos de planear as obras, temos muitos projetos feitos, prontos para serem executados, mas vão começar a ser feitos no mínimo a partir do mês de maio, pois senão não terão a execução desejada. Não é o caso dos fundos comunitários porque se tinha a obrigação de executar 30% desses projetos no 2025, obrigatoriamente, por indicação da União Europeia, para todo o



país, não foi só para Montalegre. O nosso Município foi dos poucos que os executou. Podem dizer os senhores vereadores que não foi totalmente execução física, pois não, porque o Estado, sabendo que se atrasou na publicação dos avisos das candidaturas que não permitiram efetivamente que se fizessem os concursos e se lançassem as obras, modificou, junto da União Europeia, as leis que permitiram que as empresas, às quais foram adjudicadas as obras, aceitassem um adiantamento, nos termos da contratação pública, esse contava para a execução. O que conta para a União Europeia não é a execução física da obra, aquilo que conta é a execução financeira e nós cumprimos. Quando fala de orgulho, o que quer dizer é que se deve ter orgulho na nossa terra, pois também ela veio para aqui de propósito, pois o normal era ter ficado a dar aulas em Braga, onde estudou, não se candidatando a Montalegre. Os senhores vereadores podiam até comparar os dados de execução de Montalegre com os dos concelhos da nossa CIM e verem assim se afinal temos ou não temos razões para estarmos orgulhosos do nosso município. Referiu o seguinte: "Senhor vereador José Manuel, quando for por esse país fora, diga, «tenho muito orgulho na minha terra, não fazemos tudo certo, mas trabalhamos muito para isso, damos cartas a qualquer um e pedimos meças», pode dizê-lo à vontade e também pode dizer, «faço parte de uma câmara que tem esse cuidado.» Afirmou que o senhor vereador Dr. José João, mais uma vez, fugiu às questões ou agarra-se a elas de forma falaciosa, pois foi-lhe explicado aqui vezes sem conta que o orçamento desta câmara municipal, pelo menos nos dois últimos anos, é um orçamento que é real e que é objetivo. Porém, não tem a ver com aquilo que será o normal dos anos que irão vir porque o normal do nosso orçamento é cerca de vinte e cinco milhões de euros, porém chegamos a ter um orçamento de quarenta milhões, fruto dos fundos comunitários. Há uma questão que é muito importante, uma coisa é os senhores vereadores da oposição ressaltarem a taxa de execução do PPI e depois dizerem, "porque há 8 milhões que não foram executados". Tem razão e ninguém está a escamoteá-la. A questão toda é que era importante vocês verem, em termos de números, quantos milhões é que foram executados e desses milhões que não foram executados, a que obras é que dizem respeito. Esses oito milhões, senhor vereador, como sabe, ou devia saber, que por acaso nem são oito, são seis milhões, dizem respeito às tais obras dos fundos comunitários que, decorrente de tudo aquilo que se acabou de explicar aqui, não havia outra maneira de executar esse dinheiro. É o que se chama receita consignada. Referiu ainda que, toda a outra verba, porque há outra verba para além dos fundos comunitários, que é aquela que decorre das receitas da EHATB, é o FEF, das empresas participadas, o IMI e outros impostos, receitas que nos permitem fazer obras e essas foram quase 100% executadas. Por exemplo, na despesa corrente, aquela que vem do FEF é para pagar os vencimentos, despesas com o funcionamento da câmara e ainda as



transferências, que são 3.124.000€. É para as associações a quem deu os parabéns no início desta reunião, estas e outras, que imprimem dinâmica ao concelho e combatem o isolamento das pessoas, desenvolvem a sua ação, especialmente, as mais idosas, que as fazem sair de casa, os jovens que aproveitam a sua presença, a sua sabedoria, o seu ensinamento, são três milhões e tal de euros só para essas ações. Mas a despesa de capital, que é investimento, sabe, o senhor vereador quanto é que a câmara no ano passado, investiu, perguntou. Foram quase treze milhões e meio de euros, ou seja, 64,7% do orçamento. O restante, garante-lhe, é para o multíusos, que tem um milhão e tal que não foi executado, é o centro de recursos, que também apresenta mais de um milhão e ainda não foi todo executado, é o centro do misticismo, que também tem lá perto de dois milhões e também não foi executado, mas garante que todos vão ser executados. A sua estratégia e a dos restantes membros desta câmara é trabalhar muito e procurar fazer bem. Se tivéssemos a estratégia de que os vereadores da oposição os acusam, que nem percebe bem qual é, de andar a anunciar obras e depois não as fazer, não lhe parece que fosse assim uma estratégia muito boa, que colhesse muitos votos ou que as pessoas ficassem muito agradadas com isso. Aliás, é precisamente o contrário, ou seja, prometem e fazem. As obras estão todas iniciadas e a decorrer, umas foram suspensas parcialmente, outras foram suspensas totalmente num determinado espaço de tempo e em determinadas condições. Se houver erros, omissões e responsabilidades que possam ser assacadas às empresas, é o que a câmara vai fazer e eles sabem, por isso é que há garantias para executar. Quer ainda dizer ao senhor vereador Dr. José João que o ano de 2026 é um ano exigente, como tinha dito na apresentação do orçamento, pois é um ano em que, para além dos 30% que já tivemos que executar em termos financeiros em 2025, no ano em curso vamos ter de executar mais de 60%. Vai ter de ser mesmo execução física, por isso, contamos que a partir do mês de maio, o S. Pedro nos dê pelo menos aí uma abertura grande até novembro, para se poder fazer muitas obras e cumprir com aquilo que está calendarizado. Assim, finalizar algumas obras dos fundos comunitários porque têm execução até final de 2026, outras têm execução neste ano, mas prolongam-se para o ano de 2027, para além daquelas obras que decorrem do normal e da necessidade das pessoas. Pede um pouco de decoro ao senhor vereador, mas se não o quiser ter, não o tenha, quando decidir falar de todos os “buracos e buraquinhos” que se encontram agora nas estradas do concelho, pois vai dar-lhe já a seguinte informação: “há muitos, já teve a oportunidade de dar a volta às estradas todas do município e ainda vai continuar, não fazendo mais do que a sua obrigação. Já deu a volta ao concelho todo e viu giestas que tombaram, sendo que muitas foram, entretanto, cortadas pelos nossos sapadores. Com certeza que os senhores vereadores da oposição não viram, mas se forem ali para os lados de Ferral ou Covêlo, que é



onde acontecem mais essas coisas, vão ver se limpam valetas ou não, vão ver algumas derrocadas e podem identificar muitos e muitos buracos nas estradas que, por força destas intempéries, se alargaram. Foram muitas toneladas de sal e muitos limpa neves a passar por esses locais, a raspar nas estradas. Mas dizer-lhe ainda o seguinte: “sabemos bem quais as estradas que estão com problemas, quanto custa a intervenção em cada uma delas, que não temos orçamento para as fazer todas ao mesmo tempo e, portanto, umas, de acordo com o orçamento que temos de forma responsável e quando o tempo permitir, pois tem que estar seco, iremos fazê-las. Quanto a outras intervenções maiores, e mais onerosas noutras estradas que estão muito complicadas, para este ano, se se fizer uma ou duas dessas estradas grandes, já será uma sorte. No momento, a câmara só tem dinheiro e só está previsto fazer-se uma estrada. Pode acontecer, que depois apareça aí outra receita e se possa intervir de forma mais profunda numa outra.”

O senhor vereador da oposição Dr. José João Carvalho de Moura pediu a palavra à Senhora Presidente para defesa da honra.

A Senhora Presidente respondeu que não tinha ofendido o senhor vereador.

O senhor vereador Dr. José João referiu que a Senhora Presidente tinha afirmado na sua intervenção a “falta de decoro” e para si isso é uma ofensa. Não sabe o que é que representa para a Presidente, sendo que é professora de português. Entende que se o acusa de “falta de decoro” é porque está a ser a ser mal-educado, mas, que saiba, nunca ofendeu ninguém nesta sala, nem a Senhora Presidente, nem os membros do resto do executivo. As acusações que a oposição faz são meramente políticas e não estão a pôr em causa nem a honra, nem o orgulho de qualquer um dos presentes nesta reunião.

A Senhora Presidente respondeu que apenas não considera que haja motivos para que o senhor vereador queira responder para defesa da sua honra.

O senhor vereador Dr. José João Carvalho de Moura retomou a sua intervenção e afirmou:

“Eu tenho muito orgulho das minhas raízes, nasci e cresci em Montalegre, fui aluno da escola preparatória de Montalegre, onde a professora exerceu no início da sua atividade. Acabei por ter de sair de Montalegre porque na altura não havia 12º ano, os meus pais optaram por me mandar para Lisboa. Fui para um colégio, onde tive o prazer, orgulho e a honra de conhecer uma grande mulher, que era a Dra. Maria Barroso, que me engrandeceu e que me mostrou os verdadeiros valores do que é ser, do associativismo, da perseverança, da nobilidade e do socialismo. Foi naquela casa, que comecei a abrir os olhos em termos políticos, tive o orgulho de a conhecer a ela e ela teve o prazer de me conhecer a mim. Fui um dos melhores alunos do Colégio Moderno, recebi uma medalha das mãos dela, que com a sua grandeza, proferiu palavras que nunca mais



me esquece, que acho que deviam ser um orgulho aqui para o concelho: “aquele pequenino barrosão que veio do Norte de Portugal, com aquela pronúncia típica que nem é do Norte, nem é transmontana, que é a pronúncia barrosã, conseguiu mostrar a todos os lisboetas que quando se quer alguma coisa, consegue-se.” Eu consegui, fui um bom aluno, entrei numa escola pública, tirei o curso de veterinária. Como sabe, houve um concurso para veterinário municipal em que fui preterido, mas por decisões de contratação pública, neste momento, recorri e a Senhora Presidente já deve ter conhecimento, para o Tribunal Administrativo. Só não estou cá porque infelizmente, desde que o Partido Socialista ficou à frente do concelho, as portas, no caso particular e as janelas, foram fechadas a sete chaves. Por isso, não ofendi ninguém, estou aqui a defender os interesses dos munícipes e quando falo dos munícipes, falo de todos, não falo só daqueles que votaram em nós, falo de toda a gente. Houve o início de quatro obras importantes no concelho, agora foram suspensas, paradas temporariamente e depois da sua aula de contratação pública, de tesouraria, de fundos comunitários e de sei lá mais do quê, a gente agradece, mas o que nos interessa politicamente é as obras, quando vão reiniciar e quando vão ser concluídas.”

A Senhora Presidente da Câmara interveio para dizer que as obras irão iniciar-se quando o tempo o permitir e houver condições de segurança para os trabalhadores estarem em obra porque isso para a câmara é que é o mais relevante, pois só assim se tem garantias de que possam ser feitas com toda a qualidade. Afirmou ainda que num, breve parênteses, quer aqui referir que se o senhor vereador não está na câmara não sabe se concorreu a muitos concursos ou não, não é coisa que passe por si, não tem nada a ver consigo. Quanto ao falar em falta de decoro, não é uma questão ofensiva, nem sequer pessoal, portanto, o senhor vereador não ponha nada daquilo que disse na forma pessoal. Explicou que se diz falta de decoro quando alguém que está no exercício de um cargo e responde institucionalmente, como é o caso dos senhores que são vereadores deste executivo não o fazem nesse sentido, pois não são meros adversários partidários. Isto para si está muito presente, mas parece que para eles não. Uma coisa é a postura ideológica, partidária, é aqueles quinze dias em que se anda de bandeiras e de crachás a pedir votos, outra coisa é quando estamos aqui no exercício de funções autárquicas e disse-o logo na primeira reunião deste órgão. É evidente que se tem visões diferentes para o concelho, porém são as pessoas que sufragam essa visão. Aquilo que acha de detestável e é novo para o senhor vereador porque nunca a ouviu dizer isto, mas não é novo para a Dra. Sandra que a ouviu dizer muitas vezes, é que não gosta nada de ouvir barrosões a invocar aquilo que temos de menos bom. Claro que temos coisas menos boas e nem sempre conseguimos valorizar aquilo que temos de bom, mas quando somos nós próprios a dizer mal, “não fica bem, não parece



bem, é a tal falta de decoro." Quando o senhor vereador, estando na posse e no conhecimento de todas as razões que levaram o executivo a tomar estas decisões sobre o assunto das obras, pois foram aqui clarificadas, explicou-se os procedimentos de fio a pavio, disponibilizaram-se os documentos todos e os senhores vereadores da oposição ainda vieram fazer desta questão das condições meteorológicas, que impossibilitaram continuar as obras, uma questão de arma de arremesso contra a câmara, quando há prazos a cumprir mas que tinham de ser suspensos, não lhe parece bem, nem é agir com decoro. Aliás, os prazos suspendem-se porque há um contrato e se o projetista diz que a obra é para se fazer em trezentos dias, se por causa do tempo não se pode fazer, tem de se interromper o prazo de execução porque, de outro modo, quem vai ter problemas é a empresa. São eles que pedem a prorrogação dos prazos porque não têm condições para trabalhar e o senhor vereador Dr. José João devia saber disso. Ora, imputar essas questões, que são técnicas, para tacticismo político que não se entende, não está dentro da respeitabilidade que se exige de um vereador que é, pelo menos, atender à verdade, ter por bom aquilo que se diz numa reunião de câmara, que é um órgão oficial, onde vêm documentos e aquilo que aqui se diz é a verdade dos factos. Permitiu-lhe a intervenção, a que chamou defesa da honra, mas, em abono da verdade, não o é. Será a sua segunda intervenção para o período antes da ordem de trabalhos, pois o senhor vereador não tem razão nenhuma para a defesa da honra, uma vez que em momento algum o ofendeu na sua honra. _____

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -

III
INTERVENÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA

3.1. PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO – PROPOSTA. _____

Foi presente para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto acima referido, uma proposta elaborada pela senhora vereadora com competências na área da Ação Social, Dra. Ana Isabel Alves Dias, a qual propõe no âmbito do Programa Abem: Rede Solidária do Medicamento e das Normas de Atribuição deste benefício, nomeadamente o constante nas alíneas a) do n.º1, e do n.º2, de forma resumida a aprovação do seguinte: _____

1- Deferimento do processo n.º13/06/RSM/2026; _____

2- Renovação do N.º Dignidade 2565356 – 1 cartão. _____

Esta proposta fica anexa ao maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n.º 2. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta suprarreferida de acordo com a fundamentação da mesma. _____



À Divisão Sócio Cultural e Educação para os devidos efeitos. _____

3.2. PROGRAMA “OLHARES PELA MATERNIDADE” – PROPOSTA. _____

Foi presente para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto acima referido, uma proposta datada de 16.02.2026, elaborada pela senhora vereadora com competências na área da Ação Social, Dra. Ana Isabel Alves Dias a qual para os devidos efeitos se transcreve: _____

“PROPOSTA - Programa “Olhares pela Maternidade” _____

No âmbito do Regulamento do Programa “Olhares pela Maternidade”, foram apresentadas 3 candidaturas, correspondentes a outras tantas crianças nascidas no concelho de Montalegre. _____

Analisadas as mesmas, proponho: _____

1. Admissão das candidaturas constantes da lista anexa (listagem n.º 63), porque cumprem com as condições gerais de atribuição do apoio, definidas no artigo 4.º. _____

2. Que seja atribuído o apoio financeiro mensal no valor de 50,00€, com o pagamento a partir do mês de fevereiro, concretizado mediante a apresentação dos documentos referidos na alínea b) e e), do artigo 5.º e, até as crianças perfazerem os três anos de idade. _____

3. Considerando que, em cumprimento do disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, que o executivo municipal autorize que a presente proposta possa produzir efeitos financeiros plurianuais, concretizados da seguinte forma: _____

Objeto	Ano de 2026	Ano de 2027	Ano de 2028
Apoio Financeiro a todas as crianças residentes no concelho, até perfazerem os 3 anos de idade (3)	€ 1650.00	€ 1600.00	€ 1200.00

Em anexo a esta proposta, encontra-se uma listagem com a indicação dos processos para atribuição deste apoio, a qual para os devidos efeitos se dá aqui por integrada e reproduzida.

Montalegre, 12 de janeiro de 2026. A Vereadora da Ação Social - Ana Isabel Alves Dias.” _____

Esta proposta e o seu anexo ficam juntos ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 3 e 4. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta suprarreferida de acordo com a fundamentação da mesma e conceder o apoio financeiro mensal no valor de cinquenta euros aos titulares dos processos n.ºs 08/02/OPM/2026, 10/03/OPM/2026 e 12/OPM/2026 com término em 29.08.2027, 17.01.2029 e 28.12.2028, respetivamente. _____



À Divisão Sócio Cultural e Educação para os devidos efeitos. _____

3.3. TARIFÁRIOS ESPECIAIS – TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA – PROPOSTA. _____

Foi presente para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto acima referido, uma proposta datada de 12.02.2026, elaborada pela Chefe da Unidade de Inclusão e Ação Social – Dra. Ana Rita Velho Pedreira, a qual para os devidos efeitos se transcreve: _____

“1 – Tarifários especiais – tarifário social de água _____

a) Os requerentes reúnem as condições previstas e constantes no n.º 1, do artigo 65º, alínea a) i) do Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Montalegre (Tarifário social, aplicável aos beneficiários do RSI, pensão social de velhice ou invalidez cujo rendimento per capita do agregado familiar seja igual ou inferior ao valor da pensão social, a consumidores cujo rendimento per capita do agregado familiar seja igual ou inferior a 50% do valor do salário mínimo nacional ...), pelo que se propõe o deferimento dos seguintes processos:

Nome	CIL	Residência	N.º de Processo
Abel Carvalho Martins dos Santos	4033	Praça do Condestável, n.º 10 - Salto	06/01/ACS/2026
Emílio Gonçalves Rebelo	8915	Travessa da Fundação, n.º 5 - Borralha	14/03/ACS/2026

Montalegre, 12 de fevereiro de 2026. A Chefe de Unidade Inclusão e Ação Social – Ana Rita Velho Pedreira. " _____

Sobre esta informação, encontra-se exarado um despacho da senhora vereadora com competência na área da Ação Social, Dra. Ana Isabel Alves Dias, que refere: À reunião de câmara para aprovação. 12.02.2026. _____

Esta proposta fica em forma de cópia anexa aos documentos desta ata sob a forma de doc. n.º5. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do tarifário especial de água, aos titulares dos processos n.ºs 06/01/ACS/2026 e 14/03/ACS/2026 nos termos da informação acima transcrita. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação para os devidos efeitos. _____

À Secção dos serviços de água para materialização desta deliberação. _____

3.4. CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA – COMPONENTE SOLIDÁRIA – 2º FILHO E SEGUINTE – PROPOSTA. _____

Foi presente para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto acima referido, uma proposta datada de 12.02.2026, elaborada pela Comissão Especializada para seleção das



candidaturas no âmbito do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio à Família, a qual para os devidos efeitos se dá aqui por integrada e reproduzida. _____

Esta proposta fica em forma de cópia anexa aos documentos desta ata sob a forma de doc. n.º6. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a concessão de apoio financeiro à família-componente solidária – 2.º filho e seguintes para o requerente titular do processo n.º 15/01/ACS/B/2026, nos termos da proposta apresentada. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação para os devidos efeitos. _____

3.5. ALTERAÇÃO, RENOVAÇÃO E INDEFERIMENTO DOS PROCESSOS REFERENTES À CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA – COMPONENTE SOLIDÁRIA - 2º FILHO E SEGUINTE – PROPOSTA. _____

Foi presente para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto acima referido, uma proposta datada de 12.02.2026, elaborada pela Comissão Especializada para a reapreciação de todos os processos de Apoio à Família- 2.º filho e seguintes, de acordo com o artigo 9.º do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família e que constam de lista anexa à referida proposta a qual se dá aqui como integrada e reproduzida para os devidos efeitos legais. _____

Esta proposta fica em forma de cópia anexa aos documentos desta ata sob a forma de doc. n.º6. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração e renovação dos escalões do subsídio familiar a crianças e jovens relativamente aos processos indicados na proposta apresentada pela Comissão Especializada, bem como indeferir o Proc. n.º185/13/ACS-B/2020 por o titular do mesmo não cumprir as normas do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação para os devidos efeitos. _____

3.6. LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS(AS) ADMITIDOS(AS) E NÃO ADMITIDO(AS) À CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDO – ANO LETIVO DE 2025/2026 – PROPOSTA. _____

Foi presente para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto acima referido, a lista definitiva dos candidatos à Bolsa de Estudo para o ano de 2025/2026, elaborada pela Comissão de Seleção constituída pelo senhor vereador Dr. Jorge Fidalgo, a senhora Chefe da Divisão Sócio Cultural e Educação, Dra. Maria Gorete Barroso Afonso e a senhora Chefe da Unidade de Inclusão e Ação Social Dra. Rita Pedreira. Da referida lista, a qual para os devidos efeitos se dá aqui por integrada e reproduzida, encontram-se indicados os processos de candidatura que são objeto de proposta de deferimento e de indeferimento com a indicação dos fundamentos da decisão tomada pela respetiva Comissão para a concessão das Bolsas de Estudo. _____

Esta proposta fica em forma de cópia anexa aos documentos desta ata sob a forma de doc. n.º7. _____



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Lista Definitiva de candidatos admitidos e não admitidos à concessão de Bolsa de Estudo para o ano letivo de 2025/2026, elaborada pela respetiva Comissão de Seleção. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação para os devidos efeitos. _____

3.7. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 2025/2026 – ISENÇÃO DE 100% DO PAGAMENTO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES – PROPOSTA. _____

Foi presente para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto acima referido, uma proposta subscrita pelo senhor vereador Dr. Jorge Fidalgo com competência delegada na área da educação, datada de 11.02.2026, propondo a isenção de cem por cento do pagamento das refeições escolares e a anulação das respetivas guias de receitas, em relação ao aluno beneficiário dessa isenção. _____

Esta proposta fica em forma de cópia anexa aos documentos desta ata sob a forma de doc. n.º8. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta acima referida e nesse âmbito aprovar ainda a anulação das guias de receitas das refeições escolares n.ºs 2780,3074,3333 e 3495 relativas ao ano de 2025. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação para os devidos efeitos. _____

3.8. SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL – PROPOSTA DE APOIO ECONÓMICO - PROCESSO N.º 202123475. _____

Foi presente para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto acima referido uma proposta de apoio económico, a qual se encontra devidamente informada pela técnica Gestora do Processo - Dra. Juliana de Matos a exercer funções no SAAS. Esta proposta que se dá aqui por integrada e reproduzida para os devidos efeitos, foi objeto de parecer favorável pela Chefe da Unidade de Inclusão Social – Dra. Rita Pedreira, tendo em 04.02.2026. Sobre esta proposta, foi exarado em 06.02.2026 pela senhora vereadora Dra. Ana Isabel Alves Dias, com competências delegadas na área social, o seguinte despacho: "À Reunião de Câmara para aprovação." _____

Esta proposta encontra-se devidamente cabimentada pela Divisão de Finanças com o n.º309 de 2026.02.04. _____

Esta proposta e os seus anexos ficam juntos ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 9,10 e 11. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta e conceder um apoio económico á titular do processo n.º202123475 no valor de quatrocentos e trinta e sete euros. _____

À Divisão Socio Cultural e Educação para os devidos efeitos. _____



IV

- CONCESSÃO DE APOIOS / SUBSÍDIOS -

V

PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA

- 1 – PLANEAMENTO / ORDENAMENTO
- 2 – OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO / OBRAS DE URBANIZAÇÃO
- 3 – OBRAS DE EDIFICAÇÃO
- 4 – SERVIÇOS URBANOS

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS

VII

FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS

VIII

GESTÃO AUTÁRQUICA

- 1 – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
- 2 – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

3.9. **RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 03/02/2026 A 13/02/2026 – CONHECIMENTO.**
Foram presentes pelo Núcleo de Gestão Financeira (NGF), para efeitos de conhecimento do executivo municipal, listagem de ordens de pagamentos efetuados pela autarquia, relativa ao período compreendido entre os dias três e treze do mês de fevereiro do ano em curso na importância global ilíquida de € 656.310,74 (seiscentos e cinquenta e seis mil, trezentos e dez euros e setenta e quatro centavos) – ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento sob a forma de doc. n.º12. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

3.10. **RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 31/2026 – CONHECIMENTO.** _____
Foi presente pela secção de tesouraria para conhecimento do executivo municipal, o resumo diário da tesouraria n.º 31, respeitante ao dia treze de fevereiro de dois mil e vinte e seis, o qual apontava para o total de disponibilidades na ordem de € 9.011.341,60, sendo € 8.206.870,25 a título de dotações orçamentais, e € 804.471,35 a título de dotações não orçamentais. _____
Documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquiva no maço de documentos relativo à presente ata sob a forma de doc. n.º13. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

3.11. **MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – MAPA DE FLUXO DE CAIXA – ANO 2025 - PROPOSTA.** _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, um documento contendo o mapa de demonstração do desempenho orçamental – mapa de fluxo de caixa, com as demonstrações de relato e as evidências de todas as importâncias recebidas e pagamentos ocorridos no período contabilístico em causa, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria nos termos do Decreto-Lei n.º192/2015, de 11 de setembro. _____

Documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquivava no maço de documentos relativo à presente ata sob a forma de doc. n.º 14. _____

Os mencionados documentos serão posteriormente remetidos nos termos do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro à aprovação da Assembleia Municipal _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o mapa de desempenho orçamental – Mapa de Fluxo de Caixa nos termos apresentados e submeter o presente assunto para apreciação nos termos da lei ao órgão deliberativo. _____

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. _____

À Divisão Administrativa para agendamento deste assunto à próxima sessão da Assembleia Municipal. _____

3.12. ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO 2026, 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA – ANO 2026, 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA – ANO 2026, 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL ATIVIDADES MUNICIPAIS – ANO 2026, 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS – ANO 2026 – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma proposta com o respetivo enquadramento legal sobre a 1ª alteração modificativa aos documentos previsionais para o ano de 2026, consubstanciada na primeira alteração modificativa ao orçamento da receita, primeira alteração modificativa ao orçamento da despesa, primeira alteração modificativa ao plano plurianual de atividades municipais e primeira alteração modificativa ao plano plurianual de investimentos. _____

Estes documentos cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos e ficam anexos ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 15,16,17,18 e 19. _____

O senhor vereador do Partido Social Democrata José João Carvalho de Moura interveio sobre este assunto e apresentou a seguinte declaração que aqui se transcreve: _____

“Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, _____

Estas alterações modificativas ao orçamento agora apresentadas demonstram de forma inequívoca e documentada, as reservas que manifestámos quando votámos contra o orçamento inicial. Não se trata de meros ajustes técnicos ou de correções pontuais de gestão. Estamos



perante um documento que, dois meses após a sua aprovação, exige uma reescrita substancial em múltiplas rubricas, com reforços que revelam uma subestimação inicial evidente e uma execução que excede largamente as previsões originais. Observe-se a rubrica de aquisição de bens e serviços: a dotação inicial de 5.338.668 € sobe para 7.251.679 €, o que representa um acréscimo de 1.913.011€. Trata-se de um reforço equivalente a quase 36% do valor previsto, como se o executivo tivesse de complementar, logo no início do exercício, uma parte significativa do orçamento original que se revelou insuficiente face à realidade factual. Nesta mesma rubrica, na alínea "Outros trabalhos especializados" passa-se de 895.000 € para 1.845.000 €, duplicando praticamente o montante e registando um aumento de 950.000 €. Este salto não constitui uma mera afinação, traduz inequivocamente uma discrepância de grande dimensão entre o planeado e o executado. O mesmo padrão se verifica na componente de investimento. A "Aquisição de bens de capital" cresce de 8.922.700 € para 13.946.700 €, ou seja, mais 5.024.000 €, um incremento que, por si só, equivale a um plano de investimentos suplementar que muitos municípios não conseguem concretizar ao longo de um mandato completo. Ao analisarmos rubricas específicas, torna-se clara a orientação política subjacente, como é o caso do "Circuito Internacional - Pista": a dotação inicial de 20.000 € é elevada para 210.000 €, multiplicando-se por mais de dez o valor previsto, com um reforço de 200.000 €. Ainda estamos no início do ano e as previsões proferidas pela Sra Presidente estão assim praticamente orçamentadas. Somando os montantes afetos a equipamentos desportivos e estruturas afins, os investimentos nesta área atingem 1.656.000 €, o que confirma que, quando se trata de infraestruturas ligadas ao desporto e ao espetáculo, o executivo encontra sempre margem para aumentos expressivos. Em contraste, diversas freguesias prosseguem com verbas anuais de 5.750 €, e áreas críticas como a ação social de proximidade, o transporte de idosos, as respostas ao envelhecimento da população e a fixação de jovens continuam a receber atenção secundária. A imagem que emerge é a de um concelho onde se privilegiam pavimentações para alta velocidade e projetos de visibilidade, enquanto as necessidades quotidianas das populações como: serviços públicos essenciais, acessibilidades básicas e apoio social, permanecem em segundo plano. Não é admissível afirmar que "ninguém podia prever" esta evolução. Na discussão do orçamento inicial, alertámos precisamente para o facto de o documento se encontrar sub-orçamentado em várias áreas, com rubricas pouco detalhadas e apostas em iniciativas de grande envergadura sem financiamento consolidado. As presentes alterações modificativas comprovam essa análise: o orçamento original não era um instrumento fiável de planeamento, mas um esboço que agora se remenda através de saldos de gerência e reforços sucessivos. Exigimos, por isso, que o executivo assuma politicamente esta deriva orçamental, que explique de forma clara e pública



os critérios que justificam reforços superiores a 400% em certas áreas enquanto outras se mantêm com dotações irrisórias, e que, na elaboração do próximo orçamento, substitua o improvisado por uma planificação rigorosa, transparente e verdadeiramente centrada nas pessoas e no território, porque Montalegre necessita menos de pódios simbólicos e mais de bases sólidas para quem aqui reside e trabalha diariamente. Os vereadores eleitos pela Coligação PSD/CDS-PP. Montalegre, 19 de fevereiro de 2026." _____

Seguidamente, o senhor vereador da oposição José Manuel Carvalho, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: _____

"Senhora Presidente, Senhores Vereadores, _____

Quero falar de algo muito claro: as despesas com investimentos nesta alteração ao orçamento. É aqui que se vê, sem rodeios, que o orçamento inicial não estava bem feito. _____

Começámos com 8,9 milhões de euros previstos para investimentos. Agora, com esta alteração, passamos para quase 14 milhões. Ou seja, mais 5 milhões de euros de uma só vez, que significa um aumento de 56%. Isto é praticamente criar um orçamento de investimento do nada. _____

E quando olhamos para os detalhes, a situação ainda é mais gritante: _____

•Terrenos: de 25 mil euros para 695 mil -mais 670 mil euros, um aumento absurdo. _____

•Edifícios: mais 1,09 milhões de euros do que o previsto. _____

•Bens de domínio público, como estradas rurais: mais 2,5 milhões de euros. _____

Há rubricas que sobem mais de 400%. Isto não são imprevistos. Isto mostra que o orçamento inicial foi mal planeado e que agora se tenta tapar buracos com o saldo de gerência. _____

Quando votámos contra, avisámos: este orçamento era fraco, cheio de anúncios e pouco realista. Hoje, estas alterações provam exatamente isso. Por isso, pedimos explicações claras para estes aumentos tão exagerados e exigimos que, no futuro, os orçamentos sejam feitos com mais rigor e realismo, e não com números que depois têm de ser corrigidos à pressa. Os vereadores eleitos pela Coligação PSD/CDS-PP. Montalegre, 19 de fevereiro de 2026." _____

Prosseguindo, a senhora vereadora do Partido Social Democrata Sra. Sandra Sousa fez uma intervenção sobre o presente assunto, a qual abaixo se reproduz na íntegra: _____

"Senhora Presidente, Senhores Vereadores, _____

Permitam-me focar especificamente nas despesas com aquisição de bens, uma rubrica que revela de forma gritante, a falta de rigor do orçamento inicial. _____

De uma dotação prevista de 551.000 €, passamos agora para 945.139 € após um reforço de 394.139 €, um aumento superior a 71%, como se o executivo tivesse descoberto, logo no início do ano, necessidades de compras que ninguém antecipou. _____

Vejamos os pormenores: "Vestuário e artigos pessoais" sobe de 5.000 € para 27.000 €, mais



22.000 € (440% de aumento); _____
"Arruamentos e rede viária" cresce de 66.400 € para 266.400 €, com um reforço de 200.000 €
(mais de 300%); _____

e "Outros bens" dispara de 546.000 € para 918.139 €, absorvendo 372.139 € extras. _____
Estes números não são meros ajustes; são derrapagens que transformam uma rubrica modesta
num sorvedouro de recursos, sem que o orçamento original mostrasse qualquer sinal de pressão.
Isto confirma o que alertámos na altura: o plano estava subestimado e pouco realista. Hoje, com
estas alterações, o executivo admite implicitamente que tinha razão quem votou contra. Sra
Presidente pedimos assim transparência: qual o fundamento para estes saltos, e como garantem
que não se repetirá o imprevisto no futuro? Os vereadores eleitos pela Coligação PSD/CDS-PP.
Montalegre, 19 de fevereiro de 2026." _____

A Senhora Presidente da Câmara referiu que, uma vez que os senhores vereadores da oposição
repetiram pelo menos quatro vezes, "exigimos", "exigimos", "exigimos", "exigimos," então se
exigem, nós cumprimos. Por isso, vai começar por cumprir o pedido efetuado, solicitando à Dra.
Maria José, Chefe das Finanças, que é responsável pelas contas, que é uma pessoa ímpolita,
acima de qualquer suspeita e tecnicamente exemplar, que explique aos senhores vereadores
da oposição os valores que invocaram. Desde já refere que esses números estão certos e são
reais. _____

A senhora vereadora da oposição Sra. Sandra Sousa afirmou: "Ninguém disse o contrário, vocês
é que se estavam a rir das nossas intervenções." _____

A Senhora Presidente respondeu que quem não sabe entender, faz afirmações graves, é a tal
falta de decoro de que falava ainda há pouco, que não é um insulto pessoal. Quando se fazem
acusações graves, sem primeiro, tecnicamente, perguntou: "eu analisei isto e há aqui um
aumento muito grande nesta rubrica, isto deve-se a quê, o que é que se passa?" Ora, nem que
fosse item a item, estaríamos aqui as horas que fossem necessárias para tirar qualquer dúvida
e depois, no fim, os senhores vereadores fariam os seus considerandos. Porém, não foi este o
método adotado, pois optaram por acusar primeiro e virem com os dados depois sem saberem
a que se referem. "Portanto, Dra. Maria José, explique aos senhores vereadores, em primeiro
lugar, o que é que significa aquilo que se aprova em dezembro e que tem o título de documentos
previsionais". _____

A Chefe da Divisão de Finanças, Dra. Maria José Baía afirmou que, começando pelo Plano
Plurianual de Investimentos (PPI) se os Senhores Vereadores aquando do Orçamento/ PPI o
leram com atenção, devem lembrar-se de valores inscritos na dotação não definida. Com esta
alteração modificativa ao PPI, o que se pretende principalmente é dotar os projetos que tinham



valores no não definido para definido. Porém, estes valores foram já aprovados aquando da aprovação do orçamento. A utilização do saldo de gerência é possível após a aprovação dos Mapas de Fluxo de Caixa e este vai ter sempre impacto tanto na receita como na despesa. A utilização da verba do saldo de gerência depende da decisão da Senhora Presidente, pois só ela sabe quais são os projetos em que quer investir, inicialmente por razões financeiras as verbas ficaram inscritas no não definido, mas hoje a disponibilidade permite inscrevê-los no definido. Quanto à aquisição de bens e serviços, nos trabalhos especializados há de facto um grande aumento. Se os senhores vereadores lerem o Plano de Atividades Municipais (PAM), há um projeto que se chama "Aquisição de Serviços de Fiscalização," que é um projeto novo no orçamento para o ano de 2026, o qual nesta alteração tem um reforço de 800 mil euros. Inicialmente não se sabia quanto ia custar a fiscalização em obra, teve de se fazer um estudo de mercado para se chegar a um valor, razão pela qual se teve de fazer este reforço. Na rede viária, o reforço de duzentos mil euros, deve-se essencialmente à necessidade de aquisição de betuminoso. Quanto ao vestuário, o reforço de vinte dois mil euros dessa rubrica, resulta de poder resolver-se as necessidades de equipar as brigadas com novos fardamentos.

O senhor vereador da oposição Dr. José João Carvalho de Moura interveio para dizer que se os vereadores do Partido Social Democrata apresentaram aqui as suas declarações é porque tinham dúvidas, por isso se esclareceram. Assim, se têm dúvidas é porque não sabem onde é que essas verbas vão ser gastas e isto não é nenhum ataque pessoal. Porém, da forma como foram respondidas as questões, também põe em causa a tal falta de decoro que a Senhora Presidente da Câmara anda a apregoar desde o início desta reunião. Ora, se os vereadores da oposição têm dúvidas e as expõem é porque gostavam de ser esclarecidos, sem faltar ao respeito a ninguém.

A Senhora Presidente respondeu que aquilo que os senhores vereadores da oposição acabaram de fazer aqui não foi expor dúvidas e perguntar. Aliás, para o comprovar, passa a ler o que está escrito nas declarações que fizeram e passa a citar só duas frases: "*revela de forma gritante a falta de rigor do orçamento inicial*", depois, "*estes números não são meros ajustes, são derrapagens que transformam numa rubrica modesta, num servidor de recursos sem que o orçamento original mostrasse qualquer sinal de tal pressão*". Porém, a Dra. Maria José que é a Chefe das Finanças, acabou de explicar o que é aquela verba que está lá, que está clarificada, mas não conta, só conta quando se tem depois efetivamente o dinheiro para lá pôr, está no não definido, mas está no orçamento e é clarinho como a água. Inclusivamente, os senhores vereadores da oposição criticaram há pouco estar uma verba substancial no não definido, ou já se esqueceram. Mas continuam, "*transparência, pedimos transparência*", "*o improvisado*," e



lamenta estas expressões pois no orçamento não há improvisos, nem falta transparência, os números são os que lá estão, nem sequer rasurados estão, estão clarinhos para serem lidos por quem quer ler e quem quer perceber. Admite, se estivesse na oposição até teria alguns motivos para criticar, mas seria sempre em tom de observações políticas. Há situações, neste orçamento, que são escolha deste executivo, são projetos que foram sufragados pelo povo que nos elegeu e que se fosse oposição criticaria. Porém, quanto aos números, não venham os senhores vereadores criticar, mas fazem-no e cita: *"o orçamento inicial não estava bem feito"*, ora, isso era o que mais faltava, *"começamos com 8 milhões, passamos para 14"*. Sobre isto, vai até dizer aqui em que no ano passado, alguns dos senhores vereadores ainda não estavam cá, houve uma altura que o orçamento subiu muito mais e a vossa colega Dra. Sandra pode esclarecer-vos disso. Houve uma altura, em que o orçamento, só de uma vez, subiu mais milhões do que os que estão aqui em causa, até comentou, na altura: "Eu só vejo aqui milhões, milhões, milhões, mas não vejo nada, vejo tantos zeros no papel que nem sei ler o número". Dizem os senhores vereadores, *"Terrenos, mais 670 mil euros, um aumento absurdo"*, porém, se vocês fossem mais sérios, perguntavam assim, "Senhora Presidente desculpe, mas pôs aqui um aumento nos terrenos, o que é que a Senhora vai comprar?" Depois, podiam criticar, dizer que não tinha jeito nenhum, que não interessava essa compra para nada. Afirmaram, que "é um aumento absurdo", edifícios de mais um milhão para quê? Que edifícios são esses? Ora, são bens do domínio público, como estradas rurais. Podiam então os senhores vereadores dizer: "O que é que nos interessa lá as estradas rurais, deixe estar. Mas, depois vem o senhor vereador José Manuel e tem toda a razão, pode continuar, que nunca lhe falte a voz, a reivindicar para a sua terra, dizer que os caminhos estão muito mal e que faz falta intervenção nas estradas. Mas, há outros que assinam e dizem: "não senhor, vejam só isto, são improvisos, está tudo mal." Tudo isto, é uma falácia grave, para não lhe chamar outra coisa, dizer que no Circuito Internacional passa-se de 20 mil euros para 210 mil, quando os senhores vereadores da oposição, inclusivamente já vieram aqui queixarem-se que aquele já estava em 300 e tal mil. Quer aqui dizer-lhes porque prima pela verdade, que a fasquia que se colocou nesta rubrica é de 210 mil euros apenas _____

A senhora vereadora da oposição Dra. Sandra Sousa afirmou: "Esse já está gasto." _____

A Senhora Presidente da Câmara referiu que esse montante está previsto ser gasto, contudo a senhora vereadora afirma que "já se gastou." O que se lhe oferece dizer então é que esse montante está previsto ser gasto no circuito internacional de Montalegre, vai ser gasto e bem. No mínimo será esse o valor, contudo se aparecer uma prova que seja importante, que dê nome a Montalegre, que traga gente para cá, gastar-se-á mais, já disse isto no passado e volta a repetilo. Assim, no orçamento inicial em que os senhores vereadores da oposição somavam as



rubricas todas, umas a “cavalo em cima das outras,” coisas que não tinham nada a ver uma com as outras, inclusivamente sobre a pista automóvel disseram que, ao contrário do que tinha dito que no máximo se ia gastar 200 mil euros, referiram aqui que já se ia em 300 mil euros, agora nesta reunião passa-se dos 20 mil euros para os 210 mil euros, não faz sentido, como quase tudo o que dizem. Repetiu aquilo que tinha dito na altura, estão previstos 210 mil euros, pois o orçamento é uma previsão e este valor volta a ser uma previsão. Mas, se houver uma prova ou um evento interessante para aquele espaço que dê notoriedade à terra, que traga investimento e gente, pôr-se-á lá mais dinheiro. Depois, referiu ainda o seguinte, os senhores vereadores da oposição afirmam que a câmara gasta muito dinheiro em festas em detrimento da ação social, que é escandaloso, mas então deixa aqui dois dados: o concelho há mais de 11 IPSS e todas são apoiadas pela câmara, sendo que duas delas levam do orçamento municipal quase 500 mil euros, uma delas é a Unidade de Cuidados Continuados e perguntou à senhora vereadora Dra. Sandra, que fez estas afirmações, se saberá o que é a UCC. _____

A senhora vereadora Dra. Sandra respondeu: “Sei, sei, e a ironia não lhe fica bem, Senhora Presidente.” _____

A Senhora Presidente afirmou: “Não, só lhe estou a perguntar, não é ironia.” _____

A senhora vereadora referiu: A Senhora Presidente não está a falar com os alunos na escola.” “Isso não é falta de decoro também?” Desculpe o tom de voz, normalmente consigo-me controlar.” A Senhora Presidente hoje está a tratar membros do executivo eleitos, com mais ou menos votos, mas eleitos como a Senhora de uma forma infantil e isso é inadmissível. _____

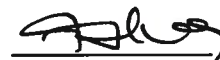
A Senhora Presidente respondeu que infantil é a senhora vereadora deixar um colega de bancada assumir a liderança da oposição e depois assinar os documentos. _____

A vereadora Dra. Sandra interrompeu a Senhora Presidente para dizer que os seus colegas de bancada se ouvem, mas os da Senhora Presidente não se ouvem. _____

A Senhora Presidente respondeu que os seus têm uma coisa boa, para já não são para aqui chamados, “mas deixe-me dizer-lhe, ao contrário da senhora vereadora não assumiriam a liderança da bancada a assinar documentos e depois a dar a voz a outros, ou seja, em termos operativos a fazer a liderança que era dela, isso só fica mal à senhora vereadora e a mais ninguém. _____

A senhora vereadora Dra. Sandra referiu:” Isso incomoda-a, não incomoda? Nós sabemos exatamente o lugar de cada um.” _____

A Senhora Presidente respondeu que a posição adotada pela senhora vereadora a incomoda de facto, vai ser sincera e dizer-lhe as razões disso aqui à frente de todos. Referiu que conheceu a Dra. Sandra há muitos anos, como uma pessoa muito mais nova, responsável, séria, que



assumia as coisas. Pugna pelo lugar das mulheres, pelo lugar que lhes é devido e incomoda-a, de sobremaneira, que a senhora vereadora não seja capaz de assumir o seu lugar enquanto mulher e no exercício da política. Lamenta essa escolha que é dela, não é a sua. Continuará a pugnar pelo lugar das mulheres em cargos políticos e noutros, por isso só lhe resta lamentar a situação em causa. A falta de respeito é que não admite, ou seja, que os senhores vereadores da oposição façam um arrazoado de acusações e depois venham de forma sonsa fazer de conta quando lhes responde. Aliás, está escrito nas declarações que fizeram hoje e passa a citar: “o investimento confirma um milhão e tal para festas”, depois, para a ação social, “não há nada.” “Isto, não é verdade, senhora vereadora, é o que lhe está a dizer já há algum tempo, não lhe respondeu de forma infantil, mas foi para enfatizar exatamente isto. Nós, antes de acusarmos, quando queremos ter uma postura séria, inteiramo-nos dos factos e depois devemos ter a liberdade de exprimir tudo aquilo que se pensa sobre o assunto. Por isso, senhora vereadora, na ação social, perguntou-lhe só se sabia o que era a UCC”.

A senhora vereadora Dra. Sandra respondeu que sabia o que era a UCC.

A Senhora Presidente da Câmara perguntou se a senhora vereadora sabia em quanto importava o apoio financeiro da câmara para a Santa Casa da Misericórdia e para a UCC. Referiu que só para estas duas entidades vão 500 mil euros, sendo que quer uma, quer outra fazem um trabalho do maior mérito. Mais, todas as outras 10 ou 11 IPSS do concelho, têm apoio para o seu financiamento, seja em termos de investimento de capital, seja de funcionamento, socorrendo e ajudando para que elas exerçam e desempenhem a sua função meritória. Como disse há pouco, são 3 milhões e meio de transferência para essas associações, todas elas são de cariz cultural, social, educativo. Assim, afirmou que a oposição vir para aqui dizer que se gasta um milhão em festas, porém as festas dão também relevo e notoriedade ao concelho. Pois, numa Feira do Fumeiro gasta-se muito dinheiro, mas esta aporta muito mais. Traz 5, 6, 7, 8 vezes mais do que aquilo que se gasta e ao longo de todo o ano. Uma sexta 13, a mesma coisa, uma pista automóvel também, ainda que a oposição não queira acreditar nisso. As pessoas vêm a Montalegre, querem conhecer o concelho, querem disfrutar, é um fim de semana diferente que aqui passam, são coisas que compram no comércio local. Depois, volta a afirmar o seguinte, quando dizem: “a deriva orçamental” e que “não pensa nas pessoas”, não está correto, o orçamento desta câmara reflete que aquilo em que mais se pensa é nas pessoas. Se olharem para os grandes investimentos, verificam que estes, têm a ver exatamente com as pessoas. Quanto aos terrenos, se os senhores vereadores quiserem saber o que a câmara vai adquirir, nesta rubrica não se passa de 50 mil euros para 500 mil, passa-se até para mais, à volta de 600 mil euros, pois vai-se comprar a Quinta da Veiga, como já tinha dito várias vezes aqui, apenas os senhores



vereadores que não estavam no mandato anterior não a ouviram. Informou que se trata de um projeto que faz todo o sentido. Os documentos já estão prontos com a ESTAMO, fez-se tudo e mais alguma coisa para negociar para que aquele prédio ficasse para a câmara, inclusivamente, chegou a recorrer-se ao Tribunal. Porém, é uma questão que, nas vias judiciais, está há mais de 15 anos e a ação judicial não anda, nem desata. A câmara precisa da Quinta da Veiga e os nossos agricultores também, para se poder desenvolver projetos, aqueles que são para fixar pessoas e trazer riqueza. Por isso, o valor está em orçamento, vai comprar-se aquele prédio e fazer a escritura um dia destes. Disse ainda que os senhores vereadores da oposição vão até ao pormenor da aquisição de bens e até da roupa, porém com toda a certeza que esta não será para nenhum desfile de moda. Há uma coisa que se chama fardamento e que os trabalhadores externos necessitam sobretudo com estas intempéries, pois como andam à chuva a trabalhar, precisam de fatos de oleados e calçado como deve de ser. Estes trabalhadores não trabalham num gabinete, por isso precisam também de galochas. Precisam de fatos macaco, de botas e de calçado adequado, é para isso que está aqui esta rubrica. As funcionárias das escolas, essas precisam de andar fardadas e identificadas. Portanto, senhores vereadores, tudo quanto enumerou, são necessidades, não são veleidades, não foi um algo que este executivo se lembrou à toa, foi planeado. Depois os senhores vereadores também referem, “os *arruamentos mais de 200 mil euros*,” mas acabou de dizer aqui há pouco que a sua aflição neste momento é que se colocou nessa rubrica 200 mil euros, tendo a certeza que não vai chegar, mas as pessoas merecem essas obras. Agora para serem coerentes com estas críticas todas, os senhores vereadores, quando virem os buracos que existem por essas estradas do concelho, como também os viu, não digam depois, “há buracos e há buracos e ninguém faz nada, que desgraça,” porque isto é um problema muito grande. É o que ficou destas intempéries. Explicou ainda que, no que diz respeito ao valor destinado à fiscalização, esta é fulcral nas obras maiores, aquelas que têm mais de um milhão e a câmara vai fazer fiscalização externa. _____

O senhor vereador da oposição Dr. José João Carvalho de Moura interveio para dizer que como, em tudo na vida, há que saber perder e há que saber ganhar. A Senhora Presidente hoje está aqui a mostrar que ganhou as eleições, mas não está a ganhar o espírito de equipa do executivo municipal. Embora sejam da oposição, estão aqui para alertar lacunas, alguns buracos, entre aspas, para que sejam retificados. Também serão os primeiros a dar-lhe os parabéns quando as obras a que a Senhora Presidente se propõe fazer, sejam executadas. Aquilo que se passou hoje nesta reunião, acha que é lamentável, sinceramente, nunca pensou vir para um executivo municipal em que se está aqui a “descascar uns em cima dos outros,” a tentar saber quem é que é o líder e quem não é o líder. “Senhora Presidente meta uma coisa na cabeça, nós somos três,



cada um pensa pela sua cabeça, não há líder nenhum. Trabalhamos em equipa e em prol de todos os munícipes, quer sejam socialistas, do PPD/ PSD, do CDS/PP ou do Chega, porque nós estamos aqui para isso mesmo, ou seja, para resolver o problema das pessoas.” _____

O senhor vereador da oposição José Manuel Carvalho, afirmou o seguinte: _____

“Senhora Presidente, em tom de brincadeira, na minha ideia, conhece-me já há alguns anos, não sou muito letrado, procuro ser organizado e quando falo de uma coisa, tenho de me inteirar do que estou a falar e gosto de perguntar, para que é isto, para que é aquilo. Mas, logo no primeiro dia que eu me organizei num papel para trazer, sou chamado à atenção. Quer dizer, eu era um mau aluno, fui chamado à atenção, continuo a ser mau aluno. Eu queria ser bom aluno. Quanto ao resto, Senhora Presidente, vai ter a minha coerência e o meu apoio para todas as obras e vai ter também o meu pedido para que sejam outras feitas, nomeadamente as estradas e os buracos.” _____

A Senhora Presidente da Câmara interveio para responder ao senhor vereador Dr. José João Carvalho de Moura, com todo o respeito e consideração, que não percebe, mas não se estar a ganhar o espírito municipal e de união aqui nesta reunião. Pois como é que se pode ganhar o espírito municipal, quando em primeiro lugar, isto é uma equipa e se alguém vem para aqui com estas expressões: “exigimos, exigimos, exigimos”, “pedimos explicações claras para estes aumentos tão exagerados”. A situação é gritante, são acusações que a oposição faz, não são perguntas. Aquilo que está nestas vossas declarações não são pedidos de esclarecimento. O que tinha dito ao senhor vereador José Manuel, que entendeu perfeitamente, é que quando há dúvidas, primeiro pergunta-se e depois pode até discordar-se. Pode dizer-se depois, “eu não escolhi isso, isso está mal, isso não tem jeito nenhum”, porém esta não foi a opção dos senhores vereadores da oposição, pois primeiro acusam, referindo, “*exigimos que no futuro os orçamentos sejam feitos com mais rigor e realismo e não com números que depois têm de ser corrigidos à pressa*”, ora isto, é um autêntico insulto. Nem os orçamentos foram feitos de forma irrealista, nem os números são corrigidos à pressa, isto é tudo mentira, mas está aqui neste documento escrito e assinado pelos senhores vereadores da oposição. Há ainda aqui uma outra coisa mais ofensiva, que vai contra o espírito municipal da colaboração e das boas relações entre adversários políticos, ao dizer-se, “*exigimos isto e não sei o quê, que assuma politicamente a deriva orçamental.*” Não há deriva orçamental nenhuma, senhores vereadores, o que aqui está, são os projetos que esta equipa escolheu, que pôs no seu programa eleitoral, o qual foi sufragado pelos barrosões e que está agora a ser executado.” Depois, dizer-se assim:” explique *de forma clara e pública os critérios que justificam os reforços,*” mas os reforços decorrem da receita que temos e da despesa que temos. A receita tem de cobrir sempre a despesa e não vem toda no



mesmo dia, no mesmo mês, na mesma hora. Vai-se assumindo e incrementando a receita ao longo de todo o ano, por isso, é que há alterações modificativas ao orçamento. Disse ainda que não está a ironizar, apenas a explicar aos senhores vereadores da oposição como é que tudo isto funciona. Há o aumento em algumas áreas, outras mantêm-se com as dotações gerais. Referirem os senhores vereadores da oposição, "*Substitua o improviso por uma planificação rigorosa,*" "isto é uma acusação infundada, falsa, não é verdade, pois pode a planificação não ser a vossa, mas quem foi a eleições com este programa foi este executivo, não foram vocês. Nós não vamos executar o plano que vocês apresentaram às pessoas, não foi esse que ganhou as eleições, foi o nosso. Por isso, vamos fazer aquilo que nos comprometemos com as pessoas." Mas, mais grave ainda, é dizer-se: "*planificação rigorosa, transparente e verdadeiramente centrada nas pessoas,*" e perguntou porque dizem que não há transparência. Querem vir aqui novamente com suspeições. Acrescentam ainda, os senhores, o seguinte: "*E no território, porque Montalegre necessita menos de pódios simbólicos,*" perguntou, quem é que se põe nos pódios, quem é que se põe em bicos de pés. "Não somos nós, senhores vereadores, pois as pessoas deste executivo são até pessoas muito simples, muito terra a terra, do domínio do comum, como qualquer outra pessoa de bases sólidas para quem aqui reside e trabalha diariamente. Acabou de se demonstrar e se pegarmos em cada um dos projetos onde houve incrementos, verifica-se que são exatamente para quem aqui trabalha e reside, ou seja, o fardamento é conforto para quem aqui trabalha, a aquisição de terrenos, designadamente a Quinta da Veiga, é para projetos para quem aqui trabalha e reside também, aproveitando mais fundos comunitários que possam vir porque estamos sempre atentos. Mas, beneficiar escolas é também para quem aqui trabalha e reside, para que os nossos jovens tenham todas as condições para a sua educação escolar. Incrementar as transferências, seja de capital, seja correntes outras para as associações, é para que elas possam fazer o seu trabalho, dinamizem o território, as aldeias, as coletividades, apoiem os idosos, tirem-nos de casa e combatam o isolamento, isto é trabalho em prol das pessoas". Afirmou que é uma pessoa que fala de uma maneira um pouco aguerrida porque é apaixonada e convicta por aquilo que faz, mas também é uma pessoa que, quando erra, reconhece-o e não lhe custa nada dar a mão à palmatória, como se costuma dizer. Porém, é um bocadinho inflexível, tem princípios que não lhe permitem fugir muito dessa linha. Por isso, quando os senhores vereadores não quiserem as respostas que se deram aqui, que são factuais, não tragam então as questões da forma como as apresentaram, ou seja, primeiro acusarem sem dados, depois invertem quando têm resposta. Os senhores vereadores ou querem a resposta ou não querem, têm que se decidirem, pois se querem uma resposta, que é para isso que aqui está, façam as perguntas, querem os documentos, estão todos à vossa disposição, não há problema nenhum.



Responde a tudo aquilo que os senhores vereadores quiserem, pode não saber no momento porque não sabe tudo, mas procurará inteirar-se dos temas e posteriormente responder. Não esperem que faça insinuações ou acusações que são graves, que extravasam o domínio da luta política ou partidária. Lida mal com a insinuação porque as coisas ou são, ou não são. Um orçamento é uma verdade porque são factos. A percepção que tem das coisas é que pode ser diferente, se a oposição disser: “nós não investíamos tanto aqui, investíamos mais ali”, isso é a vossa visão, “mas o orçamento é feito por nós porque fomos nós que ganhamos as eleições. Posto isto, a alteração modificativa com estas explicações todas e este debate, em que se concluiu essencialmente que os 6 milhões decorrem fundamentalmente dos fundos comunitários”.

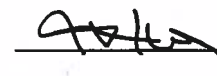
Por solicitação da Senhora Presidente da Câmara a Chefe da Divisão de Finanças, Dra. Maria José, volta a explicar tecnicamente alguns valores e rubricas alteradas nesta alteração modificativa ao orçamento. Referiu assim que os 6.894.938,90 € corresponde ao saldo da gerência anterior, depois existem 10.061,10€ que são da reposição não abatida dos pagamentos, são ordens de pagamento que foram pagas e têm de ser repostas, mas que são do ano anterior. Está aí uma verba de 9.000 € por isso foi mais ou menos a verba que está. Depois, do Norte 2020, há um reforço que fizeram ao financiamento de algumas obras, em que já veio o dinheiro e que só estava aberto com 100€ e reforçou-se a verba porque tem que estar com a verba que esata posta 400.000€. Tem ainda o Portugal 2030, que é do projeto que tinha na mão, a senhora presidente pode falar que é de Xertelo e Fafião, que são 159.000€, mais a Central de Camionagem que é receta consignada. No fundo, concluindo, tudo isto dá 7.915.000€, foi nesse valor que subiu o orçamento, tanto na despesa como na receita.

A Senhora Presidente perguntou ao senhor vereador Dr. José João se tinha percebido, o tal montante que não estava definido, que vinha de trás e que tem a ver essencialmente com fundos comunitários.

A senhora Chefe da Divisão de Finanças referiu que na alteração à receita há duas folhas, uma a folhas 27 e outra folha 28 e nesta sobe 127.000€, tem a ver com a Central de Camionagem, em que a construção vai para os anos de 2027 e 2028.

A Senhora Presidente da Câmara referiu ainda que houve receita do Portugal 2020, do quadro comunitário anterior que não tinham ainda pago e por isso, em relação à receita, nunca se sabe em concreto quando chegam daí estas alterações modificativas que se tem de fazer.

O senhor vereador Dr. José João referiu que para os vereadores da oposição tudo isto era diferente, mas vão estar atentos à execução no final do ano.



A Senhora Presidente respondeu que as prioridades têm a ver com a postura ideológica e com o programa eleitoral de cada um, por isso a oposição não pode presumir. Esta câmara pode até ter obras no orçamento que os senhores vereadores da oposição achem que são boas, mas não o dizem por pudor. Porém, no fim de contas aquilo que interessa é que se façam coisas que vão ao encontro da necessidade das pessoas. Era importante, diz isto com muita seriedade, “que vocês, neste momento da nossa vida coletiva entendessem que todos nós, para a nossa terra, estamos numa situação um pouco delicada porque se perspetivam aí tempos desconhecidos, que não sabemos exatamente aquilo com que vamos poder contar. Não é só, o município de Montalegre, são as circunstâncias internacionais que infelizmente são o que são. Depois são também as necessidades do país que infelizmente são o que são porque muito do dinheiro que os municípios por este país fora estariam à espera, agora até com a reprogramação dos fundos comunitários, eventualmente vão ser alocados para o centro do país.” Porém, se querem a sua opinião, até está muito bem, devia ser até alocado todo até aquela região estar em condições, com as casas todas arranjadas e as empresas a trabalhar em pleno. Por si, não ia nem mais um cêntimo para a área metropolitana nenhuma, pois já têm dinheiro a mais, nem para município nenhum porque passamos bem com o que temos, não há problema nenhum. Mas vêm aí circunstâncias que implicam que também a oposição porque são vereadores desta câmara, eventualmente há decisões que teremos de refletir mesmo em termos políticos. Seria interessante que cada um de nós, no silêncio de sua casa, refletíssemos relativamente àquilo que se passa no nosso país, naquilo que nós permitimos e engrossamos com estas críticas, por exemplo, que foram aqui acabadas de fazer. “Não se esqueçam nunca, já o disse aqui uma vez e volto a dizer, alto e bom som, por acaso os nossos dois partidos são partidos fundadores da democracia, da liberdade e da república, são partidos republicanos, no que isso significa. Se andarmos aqui a demitir-nos das nossas responsabilidades ou a utilizarmos o discurso que utilizam outros da catástrofe do “não sei o quê”, que é para ficarmos bem na fotografia, depois não nos queixemos todos, depois não venhamos para aqui queixar-nos daquilo que pode acontecer. Isso está estudado, não é politóloga, nem nada que o pareça, mas lê um bocadinho. Quando a gente se demite de ter opinião, quando não ocupamos o nosso espaço, alguém o faz e depois às vezes é tarde. Quando a gente vai a correr atrás do prejuízo, já está. Mas isso vocês farão, não faz parte da vossa comissão política e, portanto, farão como entenderem. Às vezes dói, custa tomar decisões, mas tem de se tomar. _____

DELIBERAÇÃO: A câmara municipal deliberou, por maioria, aprovar a primeira alteração modificativa aos documentos previsionais para o ano económico em curso, com quatro votos a



favor e três abstenções dos senhores vereadores do Partido Social Democrata, bem como remeter o presente documento para aprovação do órgão deliberativo. _____

À Divisão Administrativa para agendamento deste assunto à próxima sessão da Assembleia Municipal. _____

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. _____

3.13. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO 2026, 2ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA – ANO 2026, 2ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL ATIVIDADES MUNICIPAIS – ANO 2026, 2ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS – ANO 2026 – CONHECIMENTO. _____

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe um despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, no dia dois do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, no uso da competência delegada pelo executivo municipal em dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco, consubstanciado na segunda alteração permutativa ao orçamento da despesa, na segunda alteração permutativa ao plano de atividades municipais e na segunda alteração ao plano plurianual de investimentos. _____

Estes documentos cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos, ficam anexos ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 20, 21 e 22. _____

DELIBERAÇÃO: A câmara municipal tomou conhecimento. _____

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. _____

3.14. CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO – FEIRA DE NANTERRE/2026 – PROPOSTA. _____

Foi presente, para aprovação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma proposta datada de 15.02.2026, apresentada pela senhora Chefe da Divisão de Finanças Dra. Maria José Afonso Baía, a qual para os devidos efeitos se dá aqui por integrada e reproduzida. _____

Sobre esta proposta foi exarado um despacho datado de 16.02.2026 pela Senhora Presidente da Câmara que refere: “À reunião de Câmara.” _____

Esta proposta fica em forma de cópia anexa aos documentos desta ata sob a forma de doc. n.º23. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a constituição do fundo de Maneio para a Feira de Nanterre/2026 de acordo com os fundamentos constantes da proposta apresentada. _____

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. _____

X

ATIVIDADE REGULAMENTAR



**IX
DIVERSOS**

3.15. FORMALIZAÇÃO DA ESCRITURA PÚBLICA DA CASA N.º 157, FRAÇÃO "C", DO PRÉDIO SITUADO NA BORRALHA, A FAVOR DOS HERDEIROS DE ALBINO MANUEL GONÇALVES – PROPOSTA._____

Foi presente, para aprovação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma informação datada de 12.02.2026, apresentada pela senhora Chefe da Divisão Administrativa a qual para os devidos efeitos abaixo se transcreve: _____

"Requerente: Virgínia Deolinda da Costa Maia Gonçalves, viúva, CC 04738048 9 ZW6 – 03-08-2031, residente na Av.ª Central, n. º6-5470 - Salto. _____

Assunto: Formalização da cedência a título gratuito da casa n.º157, presentemente fração "C", do prédio constituído em propriedade horizontal, sito na Borralha - Bairro Novo, Bloco 40 - freguesia de Salto, Montalegre a favor dos herdeiros legítimos de Albino Manuel Gonçalves.

Informação _____

Enquadramento dos factos: _____

Considerando que o município de Montalegre cedeu há mais de vinte anos, um conjunto de habitações sitas no lugar da Borralha, em Salto, aos trabalhadores e seus descendentes que trabalharam nas Minas da Borralha e que aí residiam de forma permanente; _____

Considerando que essas habitações foram-se degradando e os seus possuidores foram aos poucos investindo e recuperando essas habitações de modo que algumas adquiriram novas tipologias e características; _____

Considerando que o município foi, de forma gradual, constituindo esses prédios no regime de propriedade horizontal, permitindo assim, de forma gradual fazerem-se as respetivas escrituras públicas de cedência gratuita das frações que correspondem atualmente às casas de habitação que anteriormente, por auto de cessão e deliberação de câmara ocorrida em doze de junho de dois mil e um, foram transferidas para a posse dos trabalhadores das minas da Borralha, que aí residem até hoje, e tem a sua morada de família; _____

Considerando que em 05/07/2001, a câmara cedeu gratuitamente por auto de cessão a casa sita na no Bairro Novo da Borralha identificada como casa n.º157, ao Senhor Albino Manuel Gonçalves, casado com a aqui requerente Virgínia Deolinda da Costa Maia Gonçalves, tendo entretanto, aquele falecido em 25.04.2018, sem que a formalização da escritura pública de doação da sua casa de habitação, tivesse sido realizada porque o prédio não estava constituído no regime de propriedade horizontal, o que obstaculizava do ponto e vista formal a realização da escritura pública; _____

Considerando que agora, mercê da constituição em propriedade horizontal do referido prédio, a casa cedida ao de cujos, identificada como casa de habitação n.º157, corresponde atualmente à



fração inscrita na matriz sob o artigo 1983 – C e está descrita na conservatória do registo predial a favor do município de Montalegre sob o n.º230, com o valor patrimonial atribuído de 3.460,00€, uma área de implantação de 192 m2 e com as seguintes confrontações: Norte, Sul, Nascente e Poente, todas com o Município de Montalegre; _____

Considerando que após o falecimento do cessionário, a aqui requerente e viúva do Senhor Albino Manuel Gonçalves, continua a residir na referida habitação, nela tem a sua morada de família, cuidando da mesma, praticando atos de conservação e melhoria dessa habitação, aí recebendo os seus filhos e partilhando com alguns essa habitação, recebendo familiares e amigos, fazendo obras, pagando água, luz e outras despesas de manutenção, não tendo qualquer outra residência; “ _____

Considerando que a aqui requerente veio através de requerimento com a entrada n.º6751/25 de dezoito de setembro do ano em curso, solicitar a formalização da mencionada escritura de doação para si e para os seus filhos; _____

Considerando que, atualmente, tendo o município constituído o mencionado prédio em regime de propriedade horizontal, todos os requisitos formais e jurídicos estão reunidos para que a fração em causa seja transmitida a título definitivo, fazendo-se a respetiva escritura pública para a titularidade dos herdeiros do cessionário, que de acordo com a habilitação de herdeiros são, a viúva, aqui requerente e cabeça de casal, Virgínia Deolinda da Costa Maia Gonçalves, e os filhos, Rui Manuel da Costa Gonçalves, Guilhermina Maria da Costa Gonçalves, Júlio Manuel da Costa Gonçalves e Isaura Maria da Costa Gonçalves Duarte, conforme documento de Habilitação de Herdeiros junto, datado de 16.10.2021. _____

Propõe-se: _____

1 – Que seja deliberado pelo executivo municipal a cedência gratuita e a respetiva formalização da escritura pública definitiva da casa de habitação n.º157 a favor dos herdeiros legítimos de Albino Manuel Gonçalves, nas proporções que se passam a indicar para cada um desses herdeiros: _____

- Virgínia Deolinda da Costa Maia Gonçalves, viúva, NIF 139 855 491 residente na rua Central n.º6, Borralha, 5470 – Salto – (4/16 indivisos); _____

Rui Manuel da Costa Gonçalves - (3/16 indivisos); _____

Guilhermina Maria da Costa Gonçalves - (3/16 indivisos); _____

Júlio Manuel da Costa Gonçalves - (3/16 indivisos); _____

Isaura Maria da Costa Gonçalves Duarte -(3/16 indivisos). _____

2 – Que se autorize a celebração da escritura definitiva de cessão da habitação para a titularidade dos herdeiros legítimos de Albino Manuel Gonçalves, conforme anteriormente se indicou, sendo



que a referida habitação cedida corresponde atualmente à fração inscrita na matriz sob o artigo 1983 – C, e descrita na conservatória do registo predial a favor do município de Montalegre sob o n.º230, com o valor patrimonial atribuído de 3.460,00€ e com uma área de implantação de 192 m2. _____

3 – Que, da mesma forma, seja legitimado o Senhora Presidente da Câmara, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, ou quem legalmente a substituir, a representar o município na outorga da referida escritura pública de doação, nos termos da alínea a), do n.º1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º75/2013 de 12 de setembro. _____

Anexa-se: requerimento, habilitação de herdeiros e matriz predial. _____

Paços do Município, Montalegre, 12 de fevereiro de 2026.A Chefe da Divisão Administrativa, Maria Fernanda Dinis Moreira." _____

Sobre esta informação foi exarado um despacho pela Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves que refere: À reunião de câmara para deliberação." _____

Esta informação e os seus anexos ficam em forma de cópia junto aos documentos desta ata como doc. n.º24. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, cedência gratuita e a respetiva formalização da escritura pública definitiva da casa de habitação n.º157, sita no Lugar da Borralha – Bloco 40, a qual corresponde à fração inscrita na matriz sob o artigo 1983 – C, e descrita na conservatória do registo predial sob o n.º230, a favor dos herdeiros legítimos de Albino Manuel Gonçalves, nas proporções de 4/16 indivisos para a viúva, Virgínia Deolinda da Costa Maia Gonçalves, e 3/16 para cada um dos seus filhos. Foi ainda deliberado, conferir poderes de representação do município na outorga da referida escritura pública à Senhora Presidente da Câmara ou a quem nos termos da lei a substitua. _____

À Divisão Administrativa para os devidos efeitos. _____

XI

REUNIÃO PÚBLICA MENSAL

(cfr. n.º 2 do artigo 49.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. _____

Embora, de acordo com o regimento do órgão, se tratasse de uma reunião pública, não se registou a presença de qualquer interessado/munícipe, conseqüentemente não houve qualquer intervenção neste período. _____

XII

APROVAÇÃO DA ATA SOB A FORMA DE MINUTA

(cfr. n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

XIII

ENCERRAMENTO

E, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu como encerrada a reunião, quando eram dezasseis horas e dezasseis minutos, e para constar lavrou-se a presente ata, e eu, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária, a redigi e vou assinar, junto com a Senhora Presidente da Câmara Municipal. _____

A Presidente da Câmara _____

A Secretária da reunião _____